

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Leandro Henrique Dias

Pelo (re)florestamento da psicologia: uma revisão sistemática de literatura

Uberlândia

2024

Leandro Henrique Dias

Pelo (re)florestamento da psicologia: uma revisão sistemática de literatura

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção de Título de Bacharel em Psicologia. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Tatiana Benevides Magalhães Braga.

Leandro Henrique Dias

(Re)florestando a Psicologia: uma Revisão Sistemática de Literatura

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Psicologia. Orientadora: Tatiana Benevides Magalhães

Braga

Banca Examinadora

Uberlândia, 05 de dezembro de 2024

Profa. Dra. Tatiana Benevides Magalhães Braga

Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Alberto Mesaque Martins

Ricardo Wagner Machado da Silveira

Agradecimentos

Com a licença da minha ancestralidade, aqui, presente. Indo muito além de mim porque minhas raízes são múltiplas e nunca morrem. À minha mãe, a mais pura e infinita gratidão por tanto. Beira o indizível. Foi pelo suor da labuta, sol a sol, que meus passos se tornaram possíveis... cada tropeço, medo, alegria e esperança foram abraçados pelo amor mais puro e generoso que já pude sentir. Então, pela caminhada muitas vezes solitária para oferecer o melhor para as seis “crias”, minha amada mãe: muito obrigado! A senhora foi quem mais sonhou esse sonho comigo! Gratidão por nunca ter desistido de mim!

Às minhas irmãs e aos meus irmãos, por todo apoio prestado mesmo que distante: gratidão! Amo vocês! À Dinha e Marcilene, que todas as melhores bênçãos possam nascer em seus corações, sempre. Às tias, aos tios, sobrinhas, sobrinhos, primas, primos, amigas, amigos, professores e professoras: vocês tornaram a caminhada até aqui muito mais interessante!

À cada casa que me acolheu: gratidão! À cada sorriso, choro, revolta e esperança compartilhada: sou grato! À Mãe-Natureza, por me conceder a honra de escrever algo, o mais singelo que seja, sobre Nós: agradeço e reverencio. À Espiritualidade, pela paciência e amorosidade incondicionais: que grande honra!

À Assistência Estudantil da UFU: muito, muito grato! A importância dos programas de auxílios estudantis se comprova da maneira mais potente possível: mais uma pessoa parda, de quebrada e escola pública se formando numa Universidade Pública! Não para em mim. Que mais trilhas sejam abertas!

O Futuro há de ser melhor, porque Presentes e Passados também o serão!

RESUMO

Em face à crise climática contemporânea e seus efeitos – ainda não completamente conhecidos – associados ao adoecimento subjetivo e coletivo da humanidade, o propósito da presente pesquisa consistiu em investigar, reunir e compreender as produções científicas dos últimos 5 anos que articulam meio ambiente e psicologia. Para isso, a abordagem de pesquisa utilizada foi a Revisão de Literatura com Meta-Síntese, cujo objetivo foi mapear e integrar os estudos qualitativos acerca do tema. Dessa forma, foram averiguadas algumas das bases de dados com maior relevância no contexto acadêmico nacional como Scielo, BVS-Psi, Pepsic e Portal CAPES, através dos descritores “ecologia e saúde mental”; “ecopsicologia”; “natureza/meio ambiente e psicologia”; “parques verdes e saúde mental”; “mudanças climáticas e psicologia”; “psicologia das emergências e desastres”; “psicologia ambiental” e “transtorno de déficit de natureza”. No total, 27 artigos foram extraídos para fins de análise e discussão. Os resultados apontam para uma ainda tímida produção científica no campo da psicologia interseccionado ao meio ambiente, em que as referências de Saúde Mental estejam enraizadas, também, ao acesso e à relação com a Natureza. Diante dos achados, três eixos de análise foram propostos: 1) Perspectivas Epistemológicas em torno da Questão Ambiental Articuladas à Psicologia; 2) Efeitos das Questões Ambientais na Saúde Mental e 3) Atuação Psicológica frente às Problemáticas Ambientais. O primeiro ligado à construção de novas relações entre humanidade e meio ambiente; o segundo voltado aos impactos das questões ambientais na saúde mental em termos dos benefícios de relações sustentáveis com a natureza e dos malefícios do distanciamento e da degradação ambiental; e o último sobre propostas interventivas pela psicologia

sobretudo nos contextos de emergências e desastres. Nesse sentido é imprescindível, portanto, que a psicologia possa contribuir com seus saberes tanto para prevenção, quanto à remediação dos cenários que potencialmente se desenrolarão daqui para frente em níveis micro e macropolíticos, incitando, quiçá, políticas públicas vanguardistas para a urgência das mudanças climáticas e suas repercussões na subjetividade humana e na organização social.

Palavras-chave: *Natureza e Psicologia; Psicologia Ambiental; Meio Ambiente e Psicologia; Psicologia das Emergências e Desastres; Ecopsicologia.*

ABSTRACT

In the face of the contemporary climate crisis and its effects - not yet completely known - associated with the subjective and collective illness of humanity, the purpose of this research was to investigate, gather and understand the scientific productions of the last 5 years that articulate Ecology and Psychology. The approach used for this research was Literature Review with Meta-Synthesis, whose objective was to map and integrate qualitative studies on the subject. In this way, some of the databases with the greatest relevance in the national academic context such as Scielo, BVS-Psi, Pepsic and Portal CAPES were investigated, through the descriptors "ecology and mental health"; "ecopsychology"; "nature/environment and psychology"; "green parks and mental health"; "climate change and psychology"; "psychology of emergencies and disasters"; "environmental psychology" and "nature deficit disorder". In total, 26 articles were extracted for analysis and discussion purposes. The results point to a still timid scientific production in the field of Psychology intersected with Ecology, in which the

references of Mental Health are also rooted in access and relationship with Nature. In view of the findings, three axes of analysis were proposed: 1) Epistemological Perspectives on the Environmental Issue Articulated to Psychology; 2) Effects of Environmental Issues on Mental Health and 3) Psychological Action in the Face of Environmental Problems. The first linked to the construction of new relationships between humanity and the environment; the second focused on the impacts of environmental issues on mental health in terms of the benefits of sustainable relationships with nature and the harms of distancing and environmental degradation; and the last on proposals for intervention by psychology, especially in the context of emergencies and disasters. In this sense, it is essential, therefore, that Psychology can contribute with its knowledge both for prevention and for the remediation of the scenarios that will potentially unfold from now on at micro and macropolitical levels, inciting, perhaps, avant-garde Public Policies for the urgency of climate change and its repercussions on human subjectivity and social organization.

Keywords: *Nature and Psychology; Environmental Psychology; Environment and Psychology; Psychology of Emergencies and Disasters; Ecopsychology.*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Contextualização histórica, ONU e documentos inaugurais.....	11
1.2 Entre passos e descompassos contemporâneos: alguns impasses.....	15
1.3 Propostas alternativas e novas perspectivas.....	17
1.4 Repensando o lugar da Psicologia.....	22
2 METODOLOGIA.....	24
2.1 Quadro 1.....	27
2.2 Quadro 2.....	29
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	49
3.1 Eixo 1: Perspectivas epistemológicas em torno da questão ambiental articuladas à Psicologia.....	49
3.2 Eixo 2: Efeitos das Questões Ambientais na Saúde Mental.....	54
3.3 Eixo 3: Atuação Psicológica Frente às Problemáticas Ambientais.....	58
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
5 REFERÊNCIAS.....	65

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização histórica, ONU e documentos inaugurais

Os eventos climáticos extremos ocorridos recentemente nas mais diversas regiões ao redor do planeta, vêm materializando muitas das previsões científicas sobre mudanças drásticas na biosfera (Machado & Garrafa, 2020). Essas previsões progressivamente evoluíram, desde os anos 1980, por intermédio de tecnologias altamente sofisticadas e do contínuo acompanhamento de organismos multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) – os quais se caracterizam, cada qual com suas respectivas e singulares atribuições, por intermediar fluxos comunicacionais de fontes principalmente sócio-políticas e científicas, de origem internacional, entre governos e para com a sociedade civil (Lafer, 1995; Miguel, 2017; Miguel, Mahony, & Monteiro, 2019).

Em relação ao surgimento da ONU, os horrores da Segunda Guerra Mundial geraram um ambiente geopolítico que denotava urgência na criação de princípios e valores éticos que inaugurassem um novo arranjo de relações na esfera política internacional, cuja constituição perpassasse pela colaboração dos Estados-nação (Sato, 2003). A preponderância dos países europeus e dos Estados Unidos na formulação de uma organização internacional que visava construir mediações diplomáticas na garantia da paz mundial necessitou de uma resposta aos países periféricos na composição de alianças geopolíticas que garantiram o papel da Organização das Nações Unidas no panorama político global (Lafer, 1995).

Dois documentos são paradigmáticos no cenário de formulação de diretrizes da ONU no pós-guerra. O primeiro, a Carta das Nações Unidas de 1945, oficializa esse organismo e atribui a ele a competência de zelar pelos direitos humanos, pela paz e pela democracia. Trata-

se, conforme Lafer (1995), de “uma instância de interposição num sistema interestatal” (p. 170), ou seja, uma organização que se orienta e se assegura nos tratados estabelecidos com a comunidade internacional – ou pelo menos com seus signatários –, prospectando ocupar um lugar de onde possa emergir a formulação de respostas construídas conjuntamente diante dos impasses políticos, econômicos, sociais e, desde 1972, do meio-ambiente, após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano. A Carta instaurou avanços valiosos no campo político, pois o uso da força bélica é dissuadido explicitamente em seus princípios, incitando, portanto, a diplomacia como meio de resolução dos conflitos – e sobretudo porque o documento possui caráter vinculante, isto é, às nações aderentes cabem o cumprimento legal dos acordos sob o risco de jurisprudência internacional (Marcovitch, 2008; Oliveira, 2023; Platiau & Vieira, 2006).

No que se refere ao segundo documento, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, instituído em 1948, embora não apresente força legal vinculante ao contrário da Carta das Nações Unidas, estabeleceu um terreno ético e moral que serviu como bússola para inúmeros países, tendo sido traduzido para cerca de 360 línguas, sendo o documento mais traduzido no mundo. Uma das principais inovações propostas pela DUDH é o deslocamento dos direitos enquanto conferidos aos sujeitos pelos Estados para uma concepção de que todo ser humano deveria possuir direitos fundamentais, tais como o direito à vida e liberdade (Scholz, 2017).

No entanto, algumas contradições podem ser apontadas em relação aos princípios formais da ONU e sua dinâmica geopolítica na prática. Em relação à Carta das Nações Unidas, menções à paz e à democracia não se revertem em uma situação na qual os países-membros não estejam envolvidos em guerras ou garantam estruturas democráticas em seu território. Tais elementos são amplamente variáveis de acordo com o poder político, econômico e militar dos

países, além de algumas diretrizes significarem a imposição do modelo de democracias burguesas do sistema capitalista a outras regiões (Scholz, 2017). Nas palavras de Santos (2014):

A hegemonia dos direitos humanos como linguagem de dignidade humana é hoje incontestável. No entanto, esta hegemonia convive hoje com uma realidade perturbadora. A grande maioria da população mundial não é sujeito de direitos humanos, é objeto de discursos de direitos humanos (p.15).

Dessa forma, tanto a Carta das Nações Unidas como a Declaração Universal dos Direitos Humanos promoveram uma mudança significativa na valorização e na compreensão do ser humano e das coletividades no mundo, superando, pelo menos em parte, conceitos retrógrados que, reiteradamente, violaram a integridade existencial de indivíduos e sociedades, como nas situações das duas guerras mundiais (Rosenfield & Pauli, 2012). Entretanto, a ausência de discussões ambientais mais aprofundadas nesses mesmos documentos revela o quanto a Natureza tem sido negligenciada em uma posição meramente objetificada, passiva e mecânica ao longo da história, sendo destituída da possibilidade de um direito ao próprio equilíbrio como um ser vivo e submetida a uma visão antropocêntrica e positivista de funcionamento (Pinto, Botija, & Rios, 2023).

A preocupação com o meio ambiente, enquanto pauta global, começou a ganhar força institucional a partir de 1972, com a realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, ou Conferência de Estocolmo. Esse evento culminou na ‘Declaração de Estocolmo’ e no ‘Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente’, marcos que reconheceram a relação entre desenvolvimento humano e preservação ambiental. De forma

semelhante, o reconhecimento dos direitos dos animais não-humanos emergiu em âmbito internacional apenas em 1978, com a promulgação da Declaração Universal dos Direitos dos Animais. Ambas as iniciativas refletem longas lutas protagonizadas por movimentos sociais, como o ativismo ambiental e animalista, que buscaram expandir os limites éticos da ação humana frente ao meio ambiente e às outras espécies (Borges, 2015; Steil & Toniol, 2013).

Nesse sentido, uma ‘ordem ambiental internacional’ começou a se formar no século XX, marcada pela apresentação de tratados por países europeus que buscavam, pelo menos em tese, “proteger” os recursos naturais remanescentes de suas colônias. Esse processo envolve uma série de acordos e instrumentos jurídicos discutidos em diversos fóruns políticos, especialmente após a Conferência de Estocolmo, como a Rio-92 e as Conferências das Partes (COPs), que possibilitaram a criação de programas e protocolos históricos, como o Protocolo de Quioto e a Agenda 21. Além disso, o IPCC emergiu como um ator decisivo que contribuiu para novas referências de atuação no panorama global sobre o meio ambiente (Neto, 2010). Essas iniciativas, embora não cumpridas – como as metas de redução do desmatamento, da emissão de CO₂ e derivados de combustíveis fósseis – ressoam uma tendência progressiva na cooperação internacional e na delimitação de normas e condutas condizentes com um futuro sustentável (Artaxo, 2022).

No que tange ao IPCC, fundado em 1988 no âmbito da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, trata-se de um órgão internacional que estabelece parâmetros científicos climáticos, contando com uma equipe de pesquisadores de diversos países. As incumbências associadas à instituição surgiram em face ao avanço das mudanças climáticas e, por conseguinte, da importância de haver um órgão que munisse e exortasse os tomadores de decisões globais a preparar um conjunto de estratégias, ações e políticas públicas capazes de

mitigar os efeitos deletérios dos extremos climáticos e implantar sistemas tecnológicos resolutivos – além de propiciar reflexões idealmente isentas de posições ideológicas no âmbito de um programa pluri e transnacional. Para Miguel et. al (2019), a agência busca “resumir o estado da arte do conhecimento científico sobre mudanças climáticas e proporcionar orientação informada aos formuladores de políticas, através de relatórios oficiais de avaliação que representam a visão consensual dos principais especialistas em mudanças climáticas no mundo” (p. 45).

1.2 Entre passos e descompassos contemporâneos: alguns impasses

Entretanto, segundo Miguel et al. (2019), consonantemente às investigações empreendidas por Oliveira (2008), é necessário colocar sob suspeição a neutralidade conferida à ciência, sobretudo no funcionamento do IPCC. Eles chamam atenção para o fato da escassa participação de países do capitalismo periférico ou do “Sul Global”, sobressaindo-se as produções científicas vinculadas ao “Norte Global”, isto é, Estados Unidos, Europa, Japão e Coreia do Sul. A título de ilustração, o Brasil foi o primeiro país sul-americano a compor o quadro de estudos relativos à modelagem climática (uma rede de equipamentos ultra tecnológicos capazes de mapear e indicar previsões sobre o clima), fato ocorrido somente em 2013, 25 anos após a fundação do IPCC.

Esse desequilíbrio no acesso e na produção de conhecimento do clima implica a apropriação dos meios para a formulação de estratégias e ações preventivas e combativas ante às consequências do aquecimento global, violando a soberania nacional dos países negligenciados nesse processo e confrontando a própria integridade da democracia (Miguel et al., 2019). Assim, ocorre uma inequidade de poder que interfere diretamente no potencial de auto-organização justamente dos países que mais sofrem com os eventos climáticos extremos,

dado que o monopólio em torno desse conhecimento se concentra nas mãos de poucos países e justamente de alguns daqueles que são considerados como os maiores poluidores do mundo (Miguel et. al, 2019; Sesso et. al, 2023).

A despeito dessa constatação, é necessário reconhecer as alarmantes evidências encontradas e compartilhadas pelos relatórios climáticos, os quais têm sido considerados fundamentais e servido de respaldo às gestões públicas de todo o mundo: os dados apontam para o aquecimento progressivo da temperatura do planeta provocado pela atividade humana – com potenciais repercussões irreversíveis para os biomas e a manutenção dos modos humanos de vida, podendo, em última instância, tornar diversas regiões inabitáveis; a ampliação do risco de endemias e pandemias devido a alterações de biomas e mutações de microorganismos; problemas ligados à produção de lixo; escassez de água; infertilidade do solo; acidificação dos oceanos; derretimento de geleiras e o conseqüente aumento do volume oceânico; entre outros (IPCC, 2023).

A confirmação da ação humana como fator determinante das alterações ambientais que comprometem a vida no planeta resultou, inclusive, na adoção de um termo específico para definir a era geológica contemporânea: o antropoceno (Krenak, 2019). No entanto, apenas o reconhecimento da relação entre a ação humana e os problemas ambientais não têm sido suficientes para a adoção de medidas mitigatórias dos danos e adaptativas às novas circunstâncias socioambientais. Para Sulaiman & Aledo (2016), a forma como é tratada a gestão dos riscos de desastres naturais, sob os aspectos comunicacionais, educativos e interventivos, ocultam os processos sócio-históricos subjacentes aos desastres, pois tratam essas situações através de uma abordagem tecnicista que se restringe à concepção de que as soluções se darão pelo “controle” das forças da natureza, sem observar o contexto de

desenvolvimento das catástrofes. Esse viés de ação acaba sendo conveniente para o modelo capitalista, o qual causa o problema e vende a solução, dificultando o cumprimento de acordos climáticos internacionais.

Essa situação pode ser posta em paralelo com a proposição conceitual de *política do ciclone colonial*, que, para Ferdinand (2022), se refere a uma postura por parte de instituições, países e corporações de retirar os aspectos sociais e políticos das “catástrofes naturais”, subestimando o impacto da degradação ambiental perpetrada pelos países colonizadores ao longo da história e do papel da desigualdade social nas circunstâncias de vulnerabilidade às quais, no exemplo por ele dado, territórios como o caribenho são submetidos, mesmo tendo pouco contribuído para o aquecimento global. Assim, a inserção de novas vozes no horizonte da produção do conhecimento científico climático se faz indispensável para que, novamente, a sujeição dos países do capitalismo periférico não seja o tom da política global e que esforços abrangentes e efetivos se consolidem e refreiem a destruição da Natureza.

1.3 Propostas alternativas e novas perspectivas

No concernente à discussão ocidental sobre a relação entre humanidade e Natureza e sua articulação com a lógica da dominação, com repercussões significativas tanto em âmbito ambiental quanto humano não é nova, e já aparece no século XX no conceito de Capitalismo Mundial Integrado (CMI) do filósofo francês Félix Guattari (1989/2012) ao descrever o processo cada vez mais emaranhado ou de assimilação dos países no qual o capitalismo se insere; na discussão sobre a reprodução da lógica de dominação da natureza na dominação do homem pelo homem no trabalho de Adorno e Horkheimer (1947/1985); e, mais recentemente, na discussão sobre as influências da lógica patriarcal, racista e de dominação econômica do

neoliberalismo na produção da pandemia de COVID-19 que Santos (2020) descreveu em *A Cruel Pedagogia do Vírus*.

Pode-se afirmar que a relevância dessas análises, conjuntamente aos organismos, programas e conferências supracitadas, consiste num avanço político e epistemológico substancial para a contemporaneidade. Na esfera epistemológica, até a década de 1970, os conceitos hegemônicos concebiam a Natureza enquanto uma fonte de recursos ilimitados, não responsiva às atitudes humanas, tampouco capaz de identificar e modificar seu funcionamento para reequilibrar seus processos/ciclos, ou seja, predominava uma concepção reducionista, mecanicista, predatória e colonial que, a bem da verdade, repercute até os dias de hoje (Jacob, 2023; Miguel, 2017).

Autores como o ambientalista e biólogo especializado na formação de planetas, James Lovelock e a microbiologista Lynn Margulis tencionaram essas concepções por meio da Teoria de Gaia, que concebe o planeta como um sistema vivo interdependente. Segundo Bailão (2023), esse posicionamento compreende que as condições para o surgimento da vida no planeta decorrem da rede de seres vivos que aqui coabitaram desde os tempos mais longínquos, isto é, embora não afirmem uma “intencionalidade” por parte destes seres nas transformações físico-químicas terrestres, foi por meio da existência singular e coletiva deles que a possibilidade de viver se efetivou, constituindo uma espécie de inteligência inter-reinos, orgânica e transespecífica.

Na esfera política, o próprio reconhecimento dos problemas ambientais e a formação de conferências para sua discussão representou um avanço considerável em relação aos interesses financeiros, políticos e de hegemonia não apenas dos países, mas das grandes corporações mundiais detentoras de capital, pois o crescimento econômico desmedido, atrelado

à expansão industrial e sua conseqüente degradação de ecossistemas insubstituíveis, passou a ter que lidar com o fato de que a Natureza não teria condições materiais de acompanhar o ritmo de consumo e progresso tecnológico almejado por parte do capitalismo. Esse limite, ainda que tenha sido ignorado em grande parte até chegarmos na realidade preocupante em que nos encontramos hoje, através da mobilização de entidades ligadas às causas ambientais, bem como de descobertas científicas, incitou a criação de novas perspectivas econômicas, como a de desenvolvimento sustentável (Leite, 2015; Romeiro, 2012).

Assim, tendo em vista as transformações ecossistêmicas incontestáveis verificadas nas últimas décadas (Joly & Queiroz, 2020), sobretudo quando comparados níveis de emissão de gases com efeito estufa nas eras pré e pós-industriais, resultando no aquecimento global e suas severas conseqüências, estabeleceu-se um cenário no qual a emergência de proposições como a de Lovelock e Margulis se viabilizassem enquanto uma leitura mais aprofundada e fidedigna da realidade. Tanto esses autores quanto outros (Albert & Kopenawa, 2015; Castro, 2018; Krenak, 2019; Krenak 2020), apontam para a necessidade de retirada da universalidade frequentemente conferida ao pensamento científico europeu visando não recair nas armadilhas do colonialismo científico ou eurocentrismo que atravessa a história da ciência ocidental.

Assim, podemos considerar uma “virada ontológica” (Carvalho et al., 2021) no *zeitgeist* contemporâneo, em que ontologia, tradicionalmente compreendida como forma de ser e epistemologia, traduzida como conhecimento sobre o mundo, adquirem flexibilidade filosófica, designando, respectivamente, *discursos* ou *narrativas* sobre a natureza do ser e *possibilidade* de conhecimento do mundo. Tal mudança de paradigma, no tocante à compreensão do planeta e dos seres vivos que nele habitam, abre espaço para ontologias e

epistemologias destoantes do que se considerava como canônico – como as cosmovisões originárias.

Há uma confluência e comprovação dessas novas perspectivas que são, inclusive, ratificadas pelo Relatório Síntese 2023, confeccionado pelo IPCC (2023), ao afirmar que:

Este relatório reconhece a interdependência do clima, dos ecossistemas e da biodiversidade e das sociedades humanas; o valor de diversas formas de conhecimento; e as estreitas ligações entre a adaptação à mudança do clima, a mitigação, a saúde dos ecossistemas, o bem-estar humano e o desenvolvimento sustentável, refletindo a crescente diversidade de atores envolvidos na ação climática (p. 19).

Nessa direção, as perspectivas indígenas vêm ganhando força na (re)construção de olhares sobre a relação entre os seres humanos e a Terra, principalmente ao que se refere à preservação ambiental, à coabitação pacífica e igualitária entre as etnias e os demais seres. Albert e Kopenawa (2015), por exemplo, fazem críticas contundentes à sociedade de consumo que se desenvolveu desde a Revolução Industrial, tendo o pensador yanomami denominado os brancos como "o povo da mercadoria" (p. 407), por estarem movidos exclusivamente pela lógica extrativista e predatória da natureza. Kopenawa também se refere a tempos antigos, quando a floresta era apreciada e respeitada pelos brancos. No entanto, com o avanço da agricultura e a busca voraz por objetos cada vez mais destrutivos, como armamentos bélicos, esse respeito foi substituído por uma visão utilitarista da Natureza. Para ele, essa ilusão colonialista, que tem sustentado a sociedade ocidentalizada, está levando à destruição não apenas do meio ambiente, mas de todas as culturas que convivem com a Terra. Ele alerta para

o que chama de iminente "queda do céu", uma catástrofe causada pela destruição das florestas e das culturas ancestrais:

(...) se nós deixarmos de existir na floresta, jamais poderão viver nela; nunca poderão ocupar os rastros de nossas casas e roças abandonadas. Irão morrer também eles, esmagados pela queda do céu. Não vai restar mais nada. Assim é. Enquanto existirem xamãs vivos, eles conseguirão conter a queda do céu. Se morrerem todos, ele vai desabar sem que nada possa ser feito, pois só os *xapiri* são capazes de reforçá-lo e torná-lo silencioso quando ameaça se quebrar dessas coisas que nós, xamãs, falamos entre nós. O que os brancos chamam de futuro, para nós, é um céu protegido das fumaças de epidemia *xawara* e amarrado com firmeza acima de nós! (p. 494)

Dessa forma, ao longo da tradição do pensamento ocidental, tais previsões foram frequentemente vistas como fantasias infantis, sem valor científico, provenientes de povos que ainda não haviam sido civilizados. Krenak (2019), por sua vez, destaca como os povos indígenas, quilombolas e outros que vivem em simbiose com a Terra foram historicamente considerados sub-humanos, sujeitos a uma tentativa de homogeneização cultural em nome de uma humanidade "universal". O filósofo indígena denuncia, portanto, que o capitalismo age como um usurpador da diversidade, impondo um sistema onde aqueles que vivem de forma mais orgânica e desacelerada são sistematicamente marginalizados. Neste sistema, não há espaço para o que vai além da visão mercadológica do mundo, resultando em uma profunda negação da pluralidade, que beneficia poucos em detrimento de muitos.

Essas reflexões cosmológicas empreendidas por povos indígenas desde o princípio da colonização, antecedem as predições científicas sobre as mudanças climáticas, conformando práticas e saberes ancestrais que revelam uma profunda consciência ecológica construída através da observação dos ciclos naturais, transmitida oralmente e posta em exercício por meio de ritos, pinturas, canções, artesanatos e, mais recentemente, com o ingresso de indígenas no Ensino Superior. (Albert & Kopenawa, 2015; Guimarães, 2024). Assim, na medida em que a ciência se abre à decolonização do saber, emergem possíveis aproximações entre os saberes originários e os científicos, viabilizando uma cooperação multilateral, horizontalizada e com potencial alcance de emplacar mudanças essenciais para que nosso planeta se reequilibre de maneira mais gradual e menos prejudicial aos seres humanos.

1.4 Repensando o lugar da Psicologia

Tais aproximações, a propósito, conforme destaca Guimarães (2024), têm alcançado a área da psicologia ao se questionar a episteme hegemônica contida na área, orientada pelo discurso da univocidade metodológica, pela qual se pretende abarcar o sentido total da realidade e das experiências humanas por modelos teórico universalistas e fragmentários, tomando o todo pelas partes. Esse movimento, entretanto, se contrapõe às aspirações da ideia de universidade, caracterizada exatamente pelo intercâmbio da pluralidade epistêmica advinda das especificidades socioculturais inerentes às sociedades. Assim, nesse processo de reorganização dos campos das ciências, a psicologia indígena tem se apresentado como uma resposta e proposta cosmopolítica em que as dicotomias clássicas cultura-natureza e humano-não humano são resignificadas pelas visões holística e de interdependência, esboçando um fazer científico subsidiado por diferentes formas de produção de conhecimento no qual o

protagonismo intelectual é diluído, mas, sobretudo, devidamente atribuídos aos povos subjugados ao longo da história.

A valorização dessa pluralidade de saberes e perspectivas – como o bem-viver indígena, associado a um estado de bem-estar que visa uma coexistência com os outros seres da natureza – também reflete a forma como questões ambientais têm ganhado visibilidade e ressignificação nas últimas décadas (Alcântara & Sampaio, 2017). Nesse contexto, em relação ao aumento cada vez mais amplo de consequências ambientais visíveis e sua consequente notificação pela mídia e a construção de instituições específicas direcionadas para a discussão de problemas ambientais, houve uma aproximação dessas questões com a população geral, tornando esses temas presentes no cotidiano. Uma pesquisa empírica conduzida por Bursztyn & Eiró (2014), demonstrou, por meio de entrevistas, que existe uma preocupação generalizada da população brasileira quanto à percepção do risco das mudanças climáticas em suas vidas, de modo que 85% dos entrevistados acreditam que já são ou serão afetados pelos desdobramentos do aquecimento global. O estudo evidencia que o maior temor das pessoas reside no aspecto da saúde, com 77% dos respondentes afirmando esse receio.

Esses temores não se limitam aos impactos físicos, mas também envolvem aspectos emocionais e psicológicos. As consequências das mudanças climáticas ultrapassam a dimensão individual, afetando comunidades inteiras por meio de desastres naturais e eventos climáticos extremos, que intensificam situações de vulnerabilização coletiva. Além dos danos físicos e materiais, esses acontecimentos trazem efeitos expressivos para a saúde mental, o que tem contribuído para a construção de um campo da psicologia voltado às emergências e desastres. Além disso, a urbanização acelerada e irrefletida acrescenta fatores de risco para a saúde

mental, como a violência, a ausência de espaços lúdicos e variadas formas de poluição, o que reforça as interações entre meio ambiente e bem-estar psicológico (Carvalho & Oliveira, 2020).

Todavia, a despeito da constatação do agravamento dos problemas ambientais, de suas repercussões concretas na vida de grandes contingentes populacionais em desastres socioambientais (Blank, 2015), a pandemia do coronavírus (Santos, 2020), problemas de saúde ligados à poluição (Fernandes, Hacon, & Novais, 2021) entre outros, pouco se discute sobre as condições psicológicas e psicossociais associadas à temática ambiental, bem como sobre as consequências psicológicas e psicossociais de sua ocorrência. O próprio relatório do IPCC, por exemplo, não menciona nenhuma vez questões de saúde mental ligadas aos problemas ambientais. Nesse sentido, a presente revisão de literatura buscou investigar a produção científica brasileira dos últimos 5 anos a respeito da interface entre psicologia e meio ambiente, visando compreender o processo de produção de conhecimento nesse contexto.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa se trata de uma revisão sistemática da literatura científica, com o objetivo de conhecer o cenário de produções sobre temáticas Meio Ambiente e Psicologia/Saúde Mental no Brasil. A realização da revisão de literatura se fez mediante a busca de descritores que contemplassem a temática-alvo e cujas datas de publicação estivessem entre 2019 e 2023, no intuito de acessar a produção científica mais atualizada – e acessível – e os meios pelos quais o assunto vem sendo abordado contemporaneamente. O acervo consultado originou-se das bases de dados cujas repercussão e importância são amplamente conhecidas no contexto acadêmico, abrangendo as seguintes: BVS-Psi Brasil, Scielo Brasil, Portal Capes e PePSIC.

No que tange as publicações extraídas para fins de análise e discussão, os critérios considerados para exclusão foram publicações repetidas; aquelas que não estivessem em português e localizadas em território brasileiro; com período de publicação superior a 5 (cinco) anos; e cujo resumo não apresentasse material pertinente ao tema de interesse da presente pesquisa. Assim, os critérios de inclusão estiveram em observância aos parâmetros citados anteriormente, de modo que os descritores indexados para efetuar o levantamento bibliográfico foram: “ecologia e saúde mental”; “ecopsicologia”; “natureza/meio ambiente e psicologia”; “parques verdes e saúde mental”; “mudanças climáticas e psicologia”; “psicologia das emergências e desastres”; “psicologia ambiental” e “transtorno de déficit de natureza”.

Ademais, por se tratar de um tema ainda incipiente, cabe ressaltar que a quantidade de descritores se derivou da necessidade de ampliação dos termos de busca para encontrar mais resultados compatíveis com a presente proposta, o que, por sua vez, fundamenta e reitera a relevância de trabalhos, sobretudo no Brasil, a respeito da articulação entre meio ambiente e saúde mental. No total, 27 artigos foram encontrados nas buscas, de modo que apenas 14 deles se mostraram compatíveis com os critérios adotados na pesquisa, seguindo, portanto, para análise e discussão.

Dado o fato de que todos os trabalhos encontrados possuíam caráter qualitativo, a Revisão Sistemática de Literatura com Meta-Síntese foi eleita como método de pesquisa mais apropriado, posto que esta abordagem metodológica permite a perscrutação de estudos qualitativos concernentes a um determinado assunto, articulando conceitos e temáticas comuns, propiciando a integração literária à qual se propõe a revisão. Nesse sentido, para Galvão e Ricarte (2019) a

(...) meta-síntese, também denominada de meta-etnografia e/ou meta-análise qualitativa é apropriada quando uma revisão visa integrar a pesquisa qualitativa. O objetivo de uma meta-síntese é sintetizar estudos qualitativos sobre um tópico a fim de localizar temas, conceitos ou teorias-chave que forneçam novas ou mais poderosas explicações para o fenômeno sob análise (p. 60).

A análise dos dados foi realizada então a partir de uma leitura cuidadosa de todos os artigos buscando identificar os principais aspectos abordados. A partir dessa leitura inicial, foram identificadas as temáticas mais recorrentes e questões mais discutidas, em seguida uma nova leitura foi realizada visando compreender pontos de aproximação, articulação, distanciamentos, tensões e diferenças de perspectiva entre as temáticas abordadas. A partir deste segundo processo, coadunando os principais pontos de discussão, foram elaborados os seguintes eixos para análise: 1) Perspectivas Epistemológicas em torno da Questão Ambiental Articuladas à Psicologia; 2) Efeitos das Questões Ambientais na Saúde Mental e 3) Atuação Psicológica frente às Problemáticas Ambientais.

2.1 Quadro 1

Panorama da Literatura Científica Produzida nos Últimos 5 Anos no Brasil em Torno da Temática Meio Ambiente e Saúde Mental

Resultados das Bases de Dados

Palavras-chave	Scielo Brasil	BVS-Psi Brasil	Portal Capes	PePSIC Brasil	Publicações selecionadas para análise
“ecologia e saúde mental”	4 artigos (nenhum selecionado)	5 artigos (nenhum selecionado)	16 artigos (nenhum selecionado)	1 artigo (não selecionado)	0 artigos
“ecopsicologia”	0 artigos	0 artigos	1 artigo (não selecionado)	1 artigo (não selecionado)	0 artigos
“natureza e psicologia”	40 artigos (4 selecionados)	362 artigos (nenhum selecionado)	78 artigos (nenhum selecionado)	277 artigos (4 selecionados)	08 artigos
“meio ambiente e psicologia”	25 artigos (3 selecionados)	299 artigos (nenhum selecionado)	43 artigos (2 selecionados)	1 artigo (não selecionado)	05 artigos
“parques verdes e	0 artigos	4 artigos (nenhum	2 artigos (nenhum	0 artigos	0 artigos

psicologia”		selecionado)	selecionad o)		
“mudanças climáticas e psicologia/saúde mental”	1 artigo (selecionado)	0 artigos	14 artigos (1 selecionados)	0 artigos	03 artigos
“psicologias das emergências e desastres”	2 artigos (1 selecionados)	5 artigos (nenhum selecionado)	27 artigos (3 selecionados)	8 artigos (nenhum selecionado)	04 artigos
“psicologia ambiental”	13 artigos (2 selecionados)	172 artigos (1 selecionado)	90 artigos (2 selecionados)	106 artigos (1 selecionado)	06 artigos
“transtorno de déficit de natureza”	1 artigo (selecionado)	6 artigos (nenhum selecionado)	23 artigos (nenhum selecionado)	3 artigos (nenhum selecionado)	01 artigo

Total 27 artigos

2.2 Quadro 2

Informações sobre os Artigos Seleccionados para Análise

Referência do Artigo	Objetivos	Metodologia	Resultados Encontrados	Considerações sobre a interface Saúde Mental e Natureza
Bôlla, K. D. S., & Milioli, G. (2019). Questão Ambiental CRAS: Promoção de Qualidade de Vida e Sustentabilidade. Psicologia:	Discutir a relevância da temática das relações ecológicas no âmbito dos equipamentos de proteção social básica do SUAS.	Estudo teórico, baseado nas normativas dos CREAS-SUAS e investigações que entrecruzam Ciências Ambientais,	É preciso reconfigurar as relações ecológicas no cenário contemporâneo. Emergência de profissionais da Psicologia como facilitadores e potencializadores	Relações guiadas pelas várias dimensões sustentabilidade como índices para criar condições favoráveis à Saúde Mental, sobretudo em populações em

<p>Ciência E Profissão, 39. https://doi.org/10.1590/1982-3703003188719</p>		<p>Psicologia Social, áreas da Psicologia voltadas à interface humanidade e natureza.</p>	<p>de iniciativas que mitiguem efeitos da degradação ecológica e como promotores de reflexões e intervenções voltadas à melhoria da qualidade de vida e transformação social.</p>	<p>situação vulnerável.</p>
<p>Nogueira, Z. R., Favareto, A. P. A., & Arana, A. R. A. (2022). Saúde mental e ambientes restauradores urbanos em tempos de covid-19. Psicologia USP, 33.</p>	<p>Investigar como ambientes restauradores afetam a saúde mental, sobretudo no contexto da pandemia de covid-19,</p>	<p>Revisão de literatura baseada em artigos e livros disponíveis em bases de dados acadêmicas, concernentes ao tema.</p>	<p>Verificou-se efeitos deletérios da pandemia na saúde mental e qualidade de vida das populações, sobretudo urbanas. Os ambientes restauradores apresentam potencial positivo</p>	<p>Através do conceito de biofilia, confluem-se para a concepção de que a espécie humana é parte indissociável da natureza, explicitando a necessidade de</p>

<p>https://doi.org/10.1590/0103-6564e220012</p>	<p>assim como desdobramentos na qualidade de vida da população urbanizada.</p>		<p>no bem-estar físico, mental e espiritual dos indivíduos. Políticas públicas podem ser (re)formuladas com vistas a valorizar e inserir elementos naturais nas paisagens das cidades – ainda mais frente à iminência de outras catástrofes naturais.</p>	<p>reconstruir as relações humanas com os ambientes naturais, posto que a literatura converge sobre os efeitos salutares do contato com ambientes restauradores.</p>
<p>Carvalho, P. R. de, & Mansano, S. R. V. (2019). Ecologia e Mobilização Social: um Desafio para a</p>	<p>Elencar e analisar documentos confeccionados no âmbito de conferências</p>	<p>Estudo realizado a partir de abordagem mista: teórica e empírica. Para tanto, os</p>	<p>Os planos e programas de ações estabelecidos nos documentos oriundos das principais</p>	<p>Embora a investigação não se detenha exatamente à noção de Saúde Mental, ao tomar a subjetividade e</p>

<p>Psicologia. Psicologia: Ciência E Profissão, 39. https://doi.org/10.1590/1982-3703003188690</p>	<p>internacionai s acerca do meio ambiente, perspectivan do a interface contexto urbano e natureza, bem como as implicações da subjetividade /desejo e o papel da Psicologia nesse processo.</p>	<p>autores se ocuparam de examinar ampla fonte documental e histórica sobre o meio ambiente (com ênfase à prática da sustentabilida de), assim como as problemáticas envolvendo os modos de vida e o avanço dos espaços urbanos. Por fim, subjetividade, desejo e política foram</p>	<p>conferências internacionais sobre meio ambiente, apesar de imprescindíveis, são insuficientes para alterar a realidade das mudanças climáticas na Terra. É necessário encontrar meios de implicar e produzir subjetividades orientadas pelo desejo – político – de fazer uma “ecologia menor”. Para preservar a natureza, seria necessário compreender as</p>	<p>o desejo como conceitos fundamentais para (re)constituir e sustentar um movimento duradouro de reconfiguração das relações entre ser humano e natureza, abre-se margem para uma avaliação mais integrada e soluções mais efetivas no que se refere a um modo de vida mais potente, criativo e vital tanto para nossa espécie quanto para os</p>
---	--	--	--	--

		utilizadas como as principais ferramentas conceituais para aprofundar a discussão.	repercussões mútuas e singulares entre subjetividade e ecologia, podendo ter como potente propulsora a Psicologia ao suscitar processos de reflexão e sensibilização em sua prática.	demais seres vivos, delineando condições de garantir a continuidade minimamente simpática à vida no planeta.
Silva, J. C. B. da, & Menezes, J. de A. (2020). Discursos (Sobre)Viver nos Territórios em Risco da Região Metropolitana do Recife. Psicologia: Ciência E	Compreende r a conjuntura dos fenômenos socioculturais articulados à concepção de risco no âmbito das questões das	Estudo de natureza qualitativa, apoiado na análise do discurso foucaultiana e da Psicologia Discursiva de origem inglesa.	Encontrou-se uma perspectiva multicausal em torno dos riscos e desastres, sendo negligenciadas questões marcadamente atravessadas por gênero, condição socioeconômica e	Os processos de subjetivação abordados estão em íntima relação com os acontecimentos de ordem climática, sendo constituídos numa conjuntura territorial,

<p>Profissão, 40, e190105. https://doi.org/10.1590/1982-3703003190105</p>	<p>emergências e desastres, bem como os desdobramentos envolvidos nos processos de subjetivação.</p>		<p>pela posição adotada pela população que, a despeito do que considera o Estado e seus dispositivos, expressa uma consciência (reivindica)ativa diante as demandas identificadas nas entrevistas.</p>	<p>política, econômica e histórica. Profissionais da Psicologia interessados em trabalhar com a temática devem buscar uma prática orientada não mais apenas pelo pós-acidente, como também por ações preventivas e aliadas aos meios institucionais competentes, fundando um trabalho multidisciplinar.</p>
--	--	--	--	---

<p>Damasceno, M. M. S., Mazzarino, J. M., & Figueiredo, A. (2022). Interferências Da Natureza no Comportamento De Crianças Com TDAH: Estudo De Caso No Nordeste Brasileiro. <i>Ambiente & Sociedade</i>, 25. https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20210031r1vu202212ao</p>	<p>Analisar o perfil de seis crianças diagnosticadas com TDAH, antes e após um período de 6 meses de contato direto com a natureza.</p>	<p>Investigação de cunho exploratório, descritivo, baseado em estudo de caso múltiplo, com característica de investigação-ação, tendo-se utilizado entrevistas para coleta de informações.</p>	<p>Foram observados incremento na motivação nos estudos, maior estado de calma, receptividade aos contextos sociais, compreensão de regras, melhor tolerância à frustração, além de mudança nas relações afetivas, modificando a própria percepção das pessoas que integram a rede relacional das crianças.</p>	<p>Relatos, observação da conduta de crianças, <i>feedback</i> da escola e dos adultos em convívio mostram diminuição dos sintomas associados ao TDAH a partir da inserção de atividades com e na natureza. Advoga-se que estas sejam integradas ao contexto escolar.</p>
<p>Carvalho, M. M. de, & Oliveira, S. S. (2020).</p>	<p>Investigar como a literatura</p>	<p>Pesquisa baseada em revisão</p>	<p>Houve a identificação de 52 textos produzidos</p>	<p>Há indícios significativos que apresentam que</p>

<p>Aspectos psicossociais em desastres socioambientais de origem geoclimática: uma revisão integrativa da literatura. <i>Saúde Em Debate</i>, 44(spe2), 334–352. https://doi.org/10.1590/0103-11042020e223</p>	<p>científica sul-americana dos últimos 20 anos tem abordado os aspectos psicossociais subjacentes aos contextos de desastres socioambientais de origem geoclimática.</p>	<p>integrativa, considerando-se um recorte temporal de 20 anos e fundada em consulta às bases de dados exclusivamente e sul-americanas através de descritores associados ao tema.</p>	<p>na última década em torno da temática estudada, de modo que trataram sobre diferentes desastres socioambientais, como: terremotos; enchentes e inundações; e seca. Brasil e Chile foram os principais produtores de literatura. Há um foco excessivo sobre o pós-acidente em detrimento das fases de prevenção, intervenção imediata e</p>	<p>os desastres socioambientais, quer seja por origem ‘natural’ ou antropogênica, desencadeiam situações de adoecimento psíquico que ultrapassam a dimensão individual, colocando em risco a organização coletiva na qual os sujeitos se situam – podendo ser esta, se investida de possibilidades adequadas de</p>
--	---	---	---	---

			acompanhamento longitudinal das pessoas afetadas.	resposta aos desastres, mitigadora dos danos decorrentes. A Psicologia Positiva apresenta um enfoque nas potencialidades pós-desastres.
Pinheiro, L. B., & Diniz, R. F. (2022). Estilos de Habitação na Permacultura e as Interações Pessoa-Ambiente. <i>Estudos E Pesquisas Em Psicologia</i> , 22(2), 666–686.	Conhecer as experiências de habitantes de espaços permaculturais e suas interações com o ambiente sociofísico.	Pesquisa caracterizada como qualitativa, com intuito exploratório e interpretativo. Utilizou-se de entrevistas semiestruturadas, tendo participado 10	Encontrou-se uma perspectiva de “habitação expandida” pelo relato das/os participantes, a qual considera todos os elementos e seres vivos componentes de um ecossistema e que deve ser	Embora o termo “saúde mental” não tenha sido diretamente abordado, pode-se depreender que os estilos de vida alternativos, como a permacultura, incidem sobre as relações

<p>https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaspsi/article/view/68643/42597</p>		<p>peças (5 homens e 5 mulheres) e da Teoria Fundamental, que privilegia a análise ao invés da descrição, assim como a criação de novas categorias compreensivas.</p>	<p>plenamente respeitado. Também apontaram como motivador da mudança nos estilos de vida, o amor pela natureza, o sentimento de poder fazer algo pela terra e preocupação com as novas gerações.</p>	<p>ecológicas, haja vista todas as modificações que foram adotadas pelas/os participantes ao relatarem o processo das bioconstruções, o que, por sua vez, direta e indiretamente atinge a percepção de saúde mental – posto que relatam uma qualidade de vida melhor em comparação ao contexto urbano, por terem acesso livre a espaços verdes;</p>
--	--	---	--	---

				relacionarem-se com outros seres; água pura e ar puro; alimentação saudável, etc.
Kock, J., Nascimento, M., & Dolores, P. (2022). Notas introdutórias sobre a atuação do psicólogo frente às emergências e desastres coletivos. <i>Pretextos - Revista Da Graduação Em Psicologia Da PUC Minas</i> , 7(13), 257–264.	Contribuir com conhecimento científico para a prática profissional em Psicologia a partir de reflexões sobre emergências e desastres coletivos enquanto campo de atuação.	Pesquisa qualitativa, baseada em revisão bibliográfica, com consulta à base de dados Google Acadêmico, tendo sido selecionados 7 artigos entre 2008 e 2018.	O contexto de atuação em emergências e desastres configura-se como campo de atuação recente às/os psicólogas/os. Diversas são as estratégias interventivas, como apoio direto às vítimas através de escuta qualificada, transmissão informações	Apesar de não haver um enfoque especificamente na relação entre saúde mental e natureza, há menção aos acontecimentos climáticos extremos como potenciais desencadeadores de situações de adoecimento psíquico em decorrência, por

<p>https://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/2600</p> <p>1</p>			<p>corretas, auxílio à outras/os profissionais envolvidos nos eventos, propiciando treinamentos àquelas/es que desejam colaborar.</p> <p>Há precedentes de um protocolo chamando Primeiros Socorros Psicológicos (PSP), adotado pela tragédia na boate Kiss, no RS.</p> <p>É necessário buscar uma formação sólida pelas/os</p>	<p>exemplo, da perda de pessoas queridas – o que é ainda mais acentuado no mundo atual devido aos meios de comunicação de massa.</p>
---	--	--	---	--

			profissionais da Psicologia.	
Barbosa, L. A. de S., Damasceno, R. S., & Costa, M. S. A. (2023). <i>Psicologia das Emergências e Desastres no Brasil: Uma Revisão de Literatura. Revista de Psicologia Da IMED, 15(1), 134–134.</i> https://doi.org/10.18256/2175-5027.2023.v15i1.4597	Analisar o contexto de atuação profissional da Psicologia aplicado às emergências e desastres.	Investigação qualitativa, constituída de uma revisão bibliográfica sistemática a nível nacional, em torno do tema-alvo, tendo sido utilizado um recorte temporal de 13 anos (2010-2023).	9 artigos foram encontrados de acordo com os critérios adotados. Apesar do subcampo da Psicologia das Emergências ser recente, ele vem se notabilizando pela atuação nas situações de catástrofes no país. Aponta-se para a importância da aliança entre Psicologia das Emergências e Desastres e Políticas Públicas. A prática	O estudo evidencia o quanto situações extremas podem ser disruptivas para a saúde mental humana. Atualmente, esses acontecimentos advêm sobretudo da natureza, o que denota a interrelação dessas duas categorias de análise. A atuação psicológica deve focalizar o papel ativo das pessoas

			psicológica deve se caracterizar pela inter e multiprofissionalidade.	atingidas, instigando autonomia.
Lyrio, Z. (2020). “A Queda do Céu”: reflexões junguianas sobre o alerta xamânico de Davi Kopenawa. <i>Junguiana</i> , 38(2), 139–154. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-08252020000200007	Traçar um paralelo entre as reflexões xamânicas de Davi Kopenawa e as contribuições de Jung, explicitando as conexões entre Natureza e Cultura.	Estudo de caráter qualitativo, valendo-se da análise comparativo-reflexiva através, principalmente, das obras de Kopenawa e Jung.	Há profundas correspondências entre a teoria junguiana e os postulados nativos do xamã yanomami. Ressalta-se o aspecto de interdependência observado nas relações humanas para consigo, entre si e com a natureza. Não há cisão entre psiquismo e	Embora não adote a terminologia ‘saúde mental’, há menção sobre o psiquismo e a perda de sentido existencial ao ignorar-se a relação com o meio ambiente, assim como seus impactos psicossociais. Integramos uma grande teia da vida, na qual a possibilidade de

			natureza ou cultura e natureza.	saúde só pode ocorrer ao nos (re)encontrarmos como nosso papel de complementariedade com a vida.
Mansano, S. R. V. (2020). Articulações entre sustentabilidade afetiva e noções comuns: primeiros traçados. <i>REVISTA DE PSICOLOGIA DA UNESP</i> , 19(1). https://doi.org/10.5935/1984-9044.20200001	Realizar uma aproximação entre os conceitos de sustentabilidade afetiva e noções comuns, visando compreender e intervir no contexto histórico e relacional que	Pesquisa de cunho qualitativo, teórico, a partir de consulta a distintas literaturas, mas sobretudo àquelas de origem espinosana e deleuziana.	O conceito de sustentabilidade afetiva é apresentado como importante ferramenta para examinar e transformar a dinâmica dos afetos, enfocando a potência criadora e múltipla das relações que estabelecemos para com todos os viventes. A	Saúde mental e natureza são abordados tangencialmente, ressaltando-se o fato de estarmos imersos numa rede relacional com todos os seres vivos, os quais podem nos oferecer potência criadora e alegre na medida em que os reconhecemos e

	atravessamos		perspectiva de 'noções comuns' revela similaridades e idiossincrasias que nos arremessam ao mundo afetivo, cabendo a nós conhecer e selecionar os afetos alegres que expandem a teia da vida.	nos reconhecemos neles, reconectando a separação artificial entre ser humano e natureza.
Zelfa, M., & Cruz, A. (2020). Povos originários em contextos de desigualdade social: afetividade e bem viver como modos de (re)existência	Discutir os conceitos de afetividade e bem-viver enquanto modos de resistência dos povos indígenas em situação de	Pesquisa conduzida por abordagem qualitativa, apoiada nos postulados teóricos da Psicologia Sócio- Ambiental e	As noções de 'afetividade' e 'bem-viver' se apresentam enquanto essenciais dispositivos de organização social para os Povos Originários. Essas	Natureza e saúde, em ampla perspectiva, são tomadas num mesmo plano, no qual os afetos surgem como mediadores das relações estabelecidas na

<p>ético-política. <i>Revista Psicologia Política</i>, 20(49), 719–734. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2020000300019</p>	<p>desigualdade social.</p>	<p>na etnografia, tendo como instrumentos o diário de campo e o método da história de vida.</p>	<p>categorias apontam para a possibilidade do reencontro do ser humano com a Mãe-Terra, propiciando uma vivência equilibrada e de interdependência entre os seres vivos.</p>	<p>comunidade e com a vida, de modo que o bem-viver é tido como um horizonte a ser resgatado nas culturas originárias, impactando diretamente as vivências psicossociais.</p>
<p>Pereira, G. I. L. & Mansano, S. R. V. (2020). Sustentabilidade afetiva em situações de vulnerabilidade socioambiental: um problema para as cidades. <i>Pesquis</i></p>	<p>Refletir e problematizar os contributos da Psicologia em face aos contextos de vulnerabilidade socioambiental,</p>	<p>Pesquisa qualitativa realizada através da seleção de casos de desastres vinculados nas mídias digitais, notadamente</p>	<p>Às/aos profissionais da Psicologia cabe uma prática pautada numa escuta sensível e política, articulada ao território e às conexões afetivas nele investidas por parte das vítimas</p>	<p>Os processos de subjetivação são amplamente atravessados pelos componentes envolvidos nos desastres, como as perdas de entes queridos, da habitação,</p>

<p><i>as E Práticas Psicosociais</i>, 15 (1), 1–17. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082020000100003</p>	<p>ênfatizando o conceito de sustentabilidade afetiva.</p>	<p>em cidades do Rio de Janeiro após o megadesastre socioambiental que acometeu as regiões serranas do estado em 2011.</p>	<p>dos desastres, incitando processos de cooperação, autonomia e reconstrução. O campo das Políticas Públicas é tido como campo fundamental de estudos e intervenções. A sustentabilidade afetiva se revela como importante ferramenta conceitual que pode auxiliar essas/es profissionais.</p>	<p>documentos etc. Esses acontecimentos configuram desterritorializações subjetivas e objetivas forçadas, propiciando condições de sofrimento psíquico intenso. As populações vulnerabilizadas são aquelas que mais são impactadas pelos desastres socioambientais.</p>
<p>de Melo, J.O., & Romani, P. F. (2019).</p>	<p>Investigar e compreender como o</p>	<p>Investigação conduzida por metodologia</p>	<p>Há uma multicausalidade no processo</p>	<p>Embora não haja um determinismo no impacto da</p>

<p>Resiliência de imigrantes haitianos frente ao processo de adaptação no novo país: impactos na saúde mental. <i>Psicologia Argumento</i>, 37(96), 184. https://doi.org/10.7213/psicolargum.37.96.ao03</p>	<p>processo de imigração é vivenciado por haitianos residentes de Porto Alegre, bem como os impactos na saúde mental desses indivíduos.</p>	<p>qualitativa de cunho exploratório, com coleta de informações através de entrevistas semiestruturadas e análise destas pela análise de conteúdo temática.</p>	<p>imigratório, como questões políticas, socioeconômicas e, notadamente, ambientais/climáticas. Houve a identificação de comprometimento de aspectos psíquicos relatados pelas pessoas entrevistadas. O Brasil ainda precisa se preparar em termos de políticas públicas para oferecer condições mínimas de vida para imigrantes. O racismo e a xenofobia também aparecem como</p>	<p>saúde mental de indivíduos afetados por processos de imigração forçada, sobretudo por desastres ambientais, o fato de deslocar-se para um território novo de forma abrupta, caracterizado por um sistema cultural diferente, incorre numa perda identitária e num sentimento de luto que pode resultar no desenvolvimento de</p>
--	---	---	--	---

			atravessamentos substanciais a serem levados em conta.	psicopatologias/ transtornos mentais significativos.
--	--	--	---	---

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Eixo 1: *Perspectivas Epistemológicas em Torno da Questão Ambiental Articuladas à Psicologia*

Artigos:

1. Ecologia e Mobilização Social: um Desafio para a Psicologia (Carvalho & Mansano, 2019);
2. 'A Queda do Céu': reflexões junguianas sobre o alerta xamânico de Davi Kopenawa (Lyrio, 2020);
3. Povos originários em contextos de desigualdade social (Zelfa & Cruz, 2020);
4. Articulações entre sustentabilidade afetiva e noções comuns: primeiros traçados (Mansano, 2020);
5. Sustentabilidade afetiva em situações de vulnerabilidade socioambiental: um problema para as cidades (Pereira & Mansano, 2020);
6. Discursos (Sobre)Viver nos Territórios em Risco da Região Metropolitana do Recife (Silva & Menezes, 2020);

Nesse primeiro agrupamento, foram elencadas produções que buscaram suscitar discussões e propostas que tratassem a interface psicologia e meio ambiente como um campo possível e necessário de entrecruzamento, possibilitando novos olhares a respeito da dinâmica entre humanidade e natureza. Os artigos buscaram, assim, configurar concepções teórico-práticas capazes de municiar ações com potencial resolutivo perante os impasses ambientais identificados na literatura (Carvalho & Mansano, 2019; Lyrio, 2020; Mansano, 2020; Pereira & Mansano, 2020; Silva & Menezes, 2020, Feitosa & Bomfim, 2020). Três temáticas se

sobressaíram enquanto pontos mais nevrálgicos para a discussão aqui pretendida: o papel do desejo e dos processos de subjetivação ante a consciência ambiental, os desdobramentos do processo de afastamento entre natureza e cultura e as estratégias de enfrentamento conjunto das situações de crise climática.

No que diz respeito à autoria, os seis artigos analisados nesse eixo são, em sua maioria escritos por uma dupla de autoras/es, sendo que três artigos possuem a participação de uma mesma autora e, das/os nove autoras/es presentes, oito são mulheres. Considerando a formação dessas/es autoras/es, todas/os são psicólogas/os, sobressaindo-se como áreas de especialização a psicologia social (Carvalho & Mansano, 2019; Lyrio 2020; Mansano, 2020; Pereira & Mansano, 2020) e interfaces entre psicologia e meio ambiente (Lyrio, 2020; Feitosa & Bomfim, 2020; Mansano, 2020; Pereira & Mansano, 2020). A presença de uma mesma autora em metade dos artigos desse eixo e a ênfase nas áreas de especialização ligadas à psicologia social e ao meio ambiente demonstram que, apesar da importância do tema do meio ambiente e de seu impacto em amplos aspectos da vida contemporânea, o tema ainda se encontra restrito a um pequeno nicho no campo da psicologia, possuindo caráter bastante incipiente.

Quanto à modalidade das pesquisas, três artigos desse eixo apresentam pesquisa teórica (Lyrio, 2020; Mansano, 2020; Silva & Menezes, 2020), outro mescla pesquisa teórica e documental (Carvalho & Mansano, 2020), um apresenta uma pesquisa mista entre elementos documentais e casos das mídias sociais (Pereira & Mansano) e há um estudo de cunho etnográfico (Feitosa & Bomfim, 2020). Dessa forma, há uma prevalência de abordagens teóricas e análises de documentos e discursos de mídia sobre o tema, não havendo nenhuma pesquisa que tenha desenvolvido métodos empíricos ou de observação direta. Tal percurso pode ser compreendido tanto pela natureza de discussão epistemológica desses trabalhos quanto,

novamente, pelo caráter incipiente das abordagens ambientais no campo das ciências em geral e da psicologia em particular, levando a uma dificuldade de desenvolvimento de propostas mais amplas a partir de perspectivas epistemológicas ambientais.

No que tange às discussões epistemológicas propostas, todos os artigos abordam conceitos pouco explorados visando propor mudanças de compreensão da relação entre seres humanos e ambiente. Os conceitos mais importantes abordados foram subjetividade e desejo na relação com o meio ambiente, afetividade na perspectiva espinosana na relação com bem-viver indígena e na mediação com a Mãe-Terra, sustentabilidade afetiva – que figura em dois artigos –, noções comuns, mapa afetivo, risco e resistência (Carvalho & Mansano, 2019; Lyrio, 2020; Mansano, 2020; Pereira & Mansano, 2020; Silva & Menezes, 2020, Feitosa & Bomfim, 2020).

Quanto às discussões propostas, quatro (Carvalho & Mansano, 2019; Lyrio, 2020; Feitosa & Bomfim, 2020; Mansano, 2020) dos seis artigos buscam reformular paradigmas no sentido de incluir elementos que permitam reintegrar o meio ambiente de modo não utilitário nas concepções de mundo como estratégia para a construção de organizações de vida humana sustentáveis. Desses quatro artigos, dois deles (Lyrio, 2020; Feitosa & Bomfim) realizam essa discussão epistemológica a partir da adoção de aspectos do pensamento de povos originários, sendo um deles realizado na articulação entre o pensamento yanomami e o pensamento junguiano e outro articulando a noção de afetividade espinosana e elementos do pensamento indígena associados à visão de Mãe-Terra.

Há dois artigos (Mansano, 2020; Silva & Menezes, 2020) que abordam a noção de sustentabilidade afetiva, sendo um associado à ideia de “noções comuns” enquanto

conhecimento adequado das afecções que permeiam o corpo, sobretudo as alegres, e outro relativo à discussão sobre desastres. Os dois artigos que utilizam o conceito de sustentabilidade afetiva possuem a mesma autoria. Por último, o artigo que aborda o conceito de sustentabilidade afetiva como operador em contextos de emergências e desastres forma um grupo com o último artigo, que discute os conceitos de riscos, resistência e capacidade de resposta populacional, já que ambos são voltados à discussão de abordagens epistemológicas frente ao contexto dos desastres e emergências, ampliados frente aos problemas ambientais contemporâneos.

A presença de dois artigos que buscam diálogo com o pensamento de povos originários dentre as quatro publicações encontradas, propondo uma mudança de perspectiva na relação com o planeta, demonstra um movimento de resgate das cosmologias ancestrais como referências possíveis de serem empregadas na construção de um futuro minimamente sadio para humanos e não-humanos. Além disso, podemos considerar que há um aceno importante da psicologia para as questões decoloniais, uma vez que a partir da abertura para integrar conhecimentos originários à área, avançamos rumo a uma justiça epistemológica que garante um lugar de protagonismo intelectual aos povos que foram historicamente usurpados de suas potencialidades.

Também é significativo observar que, dos seis artigos encontrados nesse grupo, quatro proponham a construção de novos paradigmas de relação com o meio ambiente e dois procurem formular dispositivos teóricos para compreender os contextos de emergências e desastres. Desse modo, podemos compreender, no campo das reformulações epistemológicas, a presença de um eixo voltado às mudanças nas relações entre ser humano e meio ambiente causadoras da

crise ambiental contemporânea e um segundo eixo voltado à compreensão teórica dos efeitos dessa crise em termos de desastres ambientais.

As dimensões da subjetividade e do desejo conectadas ao meio ambiente fundamentam a possibilidade de existir um investimento de sentido e interesse por parte das pessoas para com a natureza, bem como as formas que nos relacionamos socialmente com ela. Os conceitos de afetividade espinoziana e bem-viver indígena emergem como modos de existência ético-políticos em que a permeabilidade, a disposição e a sintonia com os ritmos de acontecimento da vida permitem uma relação de complementariedade e integração com a Mãe-Terra. A sustentabilidade afetiva se expressa como uma capacidade e uma postura do corpo de absorver e sustentar a multiplicidade de afetos passíveis de serem experimentados nos encontros entre seres humanos e os demais seres vivos. As noções comuns, por sua vez, dizem respeito ao conhecimento dos afetos que aumentam e diminuem a potência de ação no mundo, remetendo a condutas proativas e autorreflexivas que propiciam condições de selecionar e compor afetos potencializadores. Sobre a concepção de risco, este tem sido atrelado a situações de perigo iminente, como “territórios de/em risco”, e costuma ter um viés de análise que, geralmente, oculta o contexto promotor de sua ocorrência. Referente à ideia de resistência, trata-se de um posicionamento social e político diante a conjuntura da realidade, evocando um processo de mobilização que visa questionar e transformar situações de desigualdade e opressão. Os marcadores de gênero, socioeconômicos e históricos se efetivam enquanto campo de análise indispensável para formular respostas contundentes para a problemática do risco.

3.2 Eixo 2: *Efeitos das Questões Ambientais na Saúde Mental*

Artigos:

1. Saúde mental e ambientes restauradores urbanos em tempos de covid-19 revista (Nogueira, Favareto, & Arana, 2022);
2. Estilos de Habitação na Permacultura e as Interações Pessoa-Ambiente (Pinheiro & Diniz, 2022);
3. Interferências Da Natureza no Comportamento De Crianças Com TDAH Estudo De Caso No Nordeste Brasileiro (Damasceno, Mazzarino, & Figueiredo, 2022);

Os estudos componentes deste segundo agrupamento visaram demonstrar a relevância do contato com ambientes naturais para a saúde mental. Para isso, foram tecidas discussões articulando diferentes propostas interventivas com potencial terapêutico, bem como a problematização das condições inibidoras de estilos de vida pautados por relações sustentáveis (Nogueira, Favareto & Arana 2022; Pinheiro & Diniz, 2022; Damasceno, Mazzarino & Figueiredo, 2022).

Quanto à autoria dos artigos, chamam a atenção dois fatos: além de, novamente, serem todos escritos por mulheres, são também desenvolvidos em caráter multiprofissional, seja pela presença de autoras de várias áreas em dois deles (Nogueira et al., 2022; Damasceno, et al., 2022), seja pela articulação entre psicologia e estudos ambientais no terceiro (Pinheiro & Diniz, 2022). Várias áreas tradicionais da psicologia, tais como a psicologia clínica ou a psicologia educacional, não contribuíram com nenhum artigo, sendo todos os artigos concentrados nas áreas da psicologia social e da psicologia ambiental.

A ausência de algumas perspectivas canônicas da psicologia nas investigações demonstra que a questão ambiental ainda está restrita a certos nichos de discussão, sendo um tema pouco generalizado. Embora possamos pensar na importância da educação ambiental, que

envolveria a psicologia escolar, na relação significativa entre empresas e degradação do meio ambiente, que poderia envolver a psicologia organizacional, ou no sofrimento causado por desastres e outras situações decorrentes de problemas ambientais, que poderia envolver a psicologia clínica, tais áreas não se voltaram à pesquisa dessas questões.

Já o entrecruzamento de disciplinas variadas expressa a natureza multifacetada das questões ambientais sobre a saúde mental, ressaltando a indispensabilidade de congregar múltiplos saberes para formular análises e respostas mais contextualizadas. Além disso, o marcador de gênero presente nas pesquisas pode ser, por um lado, influenciado por um contingente profissional na psicologia formado majoritariamente por mulheres – 79,2% mulheres e 20,8% homens, segundo dados do CFP (2022); mas, por outro, não podemos descartar que o lugar de cuidado ao qual historicamente as mulheres foram colocadas possa incidir sobre as preocupações com o meio ambiente e suas repercussões na qualidade de vida das pessoas, afetando, assim, o número de publicações em que elas participam desse tema.

Em relação ao tipo de trabalho proposto nos artigos, dois são de abordagem empírica (Pinheiro & Diniz, 2022; Damasceno et al., 2022) e o outro é uma pesquisa teórica (Nogueira et al., 2022). A predominância de pesquisas empíricas neste segundo eixo reflete uma tendência de apurar, na prática, a relação entre ser humano e meio ambiente, enfatizando os benefícios oriundos desse contato, posto que já há considerável fundamentação teórica apresentando discussões a respeito do afastamento do humano de seu habitat, conforme exposto no eixo anterior. É possível, também, que o cenário de negacionismo climático/científico venha exercendo alguma influência acerca da urgência de produzir pesquisas que atinjam a população de um modo mais direto, estreitando a comunicação com a sociedade ao mesmo tempo em que

colhe evidências do impacto das ações humanas na natureza e vice-versa, criando, inclusive, condições mais favoráveis para a proposição/reformulação de políticas públicas.

No que diz respeito às discussões levantadas, os artigos são unânimes em identificar uma relação entre deterioração do contato com a natureza e agravos à saúde mental, ou, ao contrário, aproximação do contato com a natureza e promoção da saúde mental. Todos, também, apresentam propostas de aproximação com o meio ambiente: o primeiro por meio de ambientes restauradores (Nogueira et al., 2022), o segundo via permacultura (Pinheiro & Diniz, 2022) e o terceiro pelo aumento do contato com a natureza de crianças diagnosticadas com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) (Damasceno et al., 2022), propondo, inclusive, que parte desses diagnósticos talvez fosse melhor classificada através do Transtorno de Déficit de Natureza.

Todavia, as propostas dos três artigos se restringem a transformações no espaço individual ou de pequenos grupos, não havendo nenhum artigo que trate de mudanças mais estruturais em termos de modificação do ambiente ou formulação de políticas públicas para abordar os agravos em saúde mental decorrentes de problemas ambientais. Tal ausência pode apontar para a dificuldade dos estudos ambientais de conseguirem estruturar uma política pública voltada à ciência que permita o financiamento e a infraestrutura para estudos mais amplos, bem como da psicologia de superar uma tradição histórica de centralidade em uma perspectiva individual (Nogueira, et al., 2022 & Arana 2022; Pinheiro & Diniz, 2022; Damasceno et al., 2022).

Contudo, é significativo, também, que os três artigos apresentem discussões em torno dos aspectos protetivos para a saúde mental quando estamos nos relacionando com contextos naturais, sendo dois deles de modo empírico, pois isso conforma um corpo científico que baliza

possibilidades interventivas junto à população que vise à conscientização ecológica e indique alterações necessárias em termos estruturais. Na direção da discussão supracitada acerca da comunicação entre produção científica e sociedade, quanto mais acessível for o discurso científico no que tange às mudanças climáticas, os papéis dos indivíduos, grupos e da governança – local e global – na mudança de panorama ambiental, mais haverá uma identificação com o tema e um engajamento da população para que seja possível existir um futuro sustentável.

Outro aspecto relevante a destacar é o modo de vida permacultural investigado e proposto por Pinheiro & Diniz (2022) como uma alternativa mais profícua em relação às cidades contemporâneas, pois, por vezes, a sociedade pode encontrar dificuldades em imaginar outros cenários para habitar, conforme bem reflete o pensador indígena Krenak (2017) ao se referir ao capitalismo como uma máquina que tenta destruir os sentidos existenciais, os sonhos, para instituir um funcionamento de vida precário e se alimentar insaciavelmente da natureza, gerando uma constante sensação de vazio e insuficiência diante às exigências do mundo globalizado.

Embora partam de elaborações teóricas distintas, todos os artigos desse eixo estabelecem ressonâncias entre si que apontam para a importância do ambiente em que vivemos na construção de modos de compreensão da realidade, da formação das relações estabelecidas com objetos, seres vivos e outros seres humanos. Nogueira et al. (2022), partem da compreensão da condição biofílica inerente ao ser humano para enfatizarem a influência que o universo natural exerce na sensibilidade e conhecimento ecológicos humanos. Acrescentando uma perspectiva espinosana, refletem a vivência enquanto decorrente dos encontros, capazes de aumentar ou diminuir a capacidade do ser perseverar em si mesmo, isto é, de expandir sua

potência vital. O artigo defende, portanto, que os ambientes naturais promovem uma multiplicidade de encontros capazes de suscitar estados afetivos positivos e que ocorrem de forma interdependente, aspecto este também identificado no relato das pessoas que adotaram o estilo de vida permacultural apresentado por Pinheiro & Diniz (2022). Também é possível encontrar aproximações entre essa identificação de estados afetivos positivos e os achados encontrados no estudo de Damasceno et al. (2022) ao observarem efeitos benéficos do contato das crianças diagnosticadas com TDAH para com o mundo natural.

3.3 Eixo 3: Atuação Psicológica Frente às Problemáticas Ambientais

1. A Questão Ambiental no CRAS: Promoção de Qualidade de Vida e Sustentabilidade (Bôlla & Milioli, 2019);
2. Aspectos psicossociais em desastres socioambientais de origem geoclimática uma revisão integrativa da literatura (Carvalho & Oliveira, 2020);
3. NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO FRENTE ÀS EMERGÊNCIAS E DESASTRES COLETIVOS (Kock, Andrade, & Mendonça, 2022);
4. Psicologia das Emergências e Desastres no Brasil Uma Revisão de Literatura (Barbosa, Damasceno, & Costa, 2023);
5. Resiliência de imigrantes haitianos frente ao processo de adaptação no novo país: impactos na saúde mental (Melo & Romani, 2019);

Este último conjunto de artigos traça horizontes de atuação para profissionais da psicologia, sobretudo tendo em vista os cenários de emergências e desastres provenientes das

questões ambientais que vêm afetando inúmeras regiões no mundo e, não com menor intensidade, o Brasil. Para tanto, analisam a ocorrência de alguns episódios recentes e as estratégias que foram empregadas nesses contextos: tanto com base em documentos e protocolos já existentes quanto no desenvolvimento de novas atividades que possam vir a agregar para construção de uma cultura mais sustentável e que beneficie a saúde mental da comunidade (Bôlla & Milioli, 2019; Carvalho & Olivera, 2019; Kock, Andrade, & Mendonça, 2023; Barbosa, Damasceno & Costa, 2023; Melo & Romani, 2019).

No que se refere à autoria dos estudos, são todos formados por duplas ou trios, com formação majoritária em psicologia, sendo que há a presença de uma cientista e um cientista sociais em dois deles (Bôlla & Milioli, 2019; Carvalho & Oliveira, 2020), e, a exemplo dos trabalhos anteriores, as mulheres ocupam um papel de destaque nas produções: são nove mulheres e três homens. O percurso profissional das/os autoras/es estabelece convergência em alguns campos como o das políticas públicas e saúde coletiva, reiterando a importância de pensar uma prática que estabeleça interlocução com o contexto macropolítico e que esteja atenta com uma compreensão psicossocial das questões ambientais e a saúde pública.

Outro aspecto a ser observado se refere ao fato de este eixo possuir presença mais consistente de autores da psicologia clínica e da psicologia da saúde, fato que pode ser associado ao relato de experiências interventivas nessas áreas que são de alguma forma entrelaçadas à questão ambiental. Essa distribuição pode apontar para um maior direcionamento dos campos da psicologia clínica e da saúde para o trabalho com os desdobramentos dos problemas ambientais, sendo relevante compreender o grau de aprofundamento e problematização do campo mais amplo de constituição dos problemas que tais áreas buscam contribuir para solucionar ou aliviar (Bôlla & Milioli, 2019; Carvalho &

Olivera, 2019; Kock, Andrade, & Mendonça, 2023; Barbosa, Damasceno & Costa, 2023; Melo & Romani, 2019).

Em relação às categorias, um artigo teórico (Bôlla & Milioli, 2019) analisa diretrizes documentais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para o trabalho com o meio ambiente; três realizam revisões de literatura (Carvalho & Oliveira, 2020; Kock et al., 2023; Barbosa et al., 2023) e o último se trata de pesquisa qualitativa (Melo & Romani, 2019). O primeiro artigo demonstra uma problemática bastante frequente no tocante às políticas ambientais, que se refere à inserção nominal de um tema em campos da assistência pública, como saúde, educação e assistência social, sem um desenvolvimento mais amplo de sua concepção e seus objetivos no contexto em que é inserido.

Assim, o artigo busca suprir a lacuna de desenvolvimento teórico-metodológico para a inserção do tema ambiental nas políticas do SUAS. Os três artigos seguintes trazem revisões de literatura sobre o tema das emergências e desastres. Observa-se que esse é um dos campos de maior atuação de psicólogos com questões diretamente relacionadas ao meio ambiente, havendo, inclusive, disposições do Conselho Federal de Psicologia a respeito (CFP, 2021). Nesse contexto, compreende-se que seja um tema com produção suficiente para permitir revisões de literatura mais frequentes. O texto que apresenta pesquisa empírica não possui a questão ambiental como tema principal, mas como questão de fundo do problema migratório, foco principal do texto, sugerindo, assim como a produção sobre emergências e desastres, um direcionamento da psicologia para o manejo de consequências dos problemas ambientais.

Barbosa et al. (2023) indicam a necessidade de inserir disciplinas voltadas aos contextos de emergências e desastres nos cursos de graduação em psicologia, o que reforça o quanto ainda é preciso avançar nas discussões ambientais no meio acadêmico para que o acesso ao

tema se reverta num aumento de pesquisas de cunho prático. Esses avanços são fundamentais para se instituir programas de formação e desenhar propostas interventivas que contemplem as especificidades contidas nessa área de estudos.

Relativamente às discussões empreendidas sobre as perspectivas de atuação da psicologia no horizonte das questões ambientais, o campo das emergências e desastres revela-se como o de maior foco, principalmente por ser formalizado enquanto área de estudos e intervenções tanto no cenário nacional quanto internacional, assim como em decorrência do aumento exponencial de eventos climáticos extremos observados nos últimos anos. Dos cinco artigos, dois (Bôlla & Milioli, 2019; Barbosa et al., 2020) confluem na compreensão de que a prática psicológica nesse contexto deve se pautar por uma dinâmica interdisciplinar e multiprofissional. Outros dois (Kock et al., 2023; Barbosa et al., 2023), por sua vez, ressaltam a importância de se pensar trabalhos preventivos e programas de capacitação/treinamento às/os profissionais envolvidos atuantes nas emergências e desastres, tendo em vista que grande parte das ações identificadas se efetivam nos momentos de crise já instaurada, isto é, no pós-desastre.

Em se tratando do manejo das atividades que podem ser propostas às pessoas grupos afetados, recomenda-se aquelas que contêm potencial de gerar laços comunitários, potencializadoras do sentimento de identidade, pertencimento e coesão social através de intervenções psicoeducativas, como o desenvolvimento de hortas orgânicas, oficinas de destinação adequada de resíduos sólido, mutirões de construções habitacionais sustentáveis e economia solidária. Para isso, deve-se sempre atuar de forma síncrona com o território, observando e respeitando as singularidades da dinâmica das relações sociais, tendo como possibilidade interventiva a capacitação das equipes que atuem na linha de frente dos primeiros socorros, assim como no amparo às demandas daqueles que foram atingidos direta ou

indiretamente, lançando mão da escuta atenta e compartilhando informações consistentes sobre as ações profissionais e governamentais que estão sendo providenciadas, assim como – quando oportuno – o estado de saúde de familiares e amigos atingidos (Barbosa et al., 2023; Bôlla & Milioli, 2019; Kock et al., 2023).

O artigo de Melo & Romani (2019), por sua vez, discorre sobre o papel das políticas públicas e da psicologia no trato com refugiados – especialmente os refugiados climáticos –, no sentido de mediar processos de acolhimento e inclusão dessas pessoas, valorizando suas potencialidades étnico-culturais, pois, além da situação de calamidade ambiental pelas quais passaram – o que, por si só, impacta enormemente a saúde mental delas –, a rejeição e o preconceito advindos de posturas etnocêntricas se somam para engendrar quadros de adoecimento psíquico. Além disso, todos os artigos, implícita ou explicitamente tratam sobre a centralidade do coletivo enquanto medida mais efetiva para lidar com os atravessamentos da dimensão psicossocial das emergências e desastres, reconfigurando o papel tradicional da psicologia de se pautar em ações individuais e remediativas – embora, pontualmente, isso também possa acontecer.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão de literatura ora proposta permitiu construir um panorama da produção científica que articula a psicologia às questões ambientais. Nesse campo, aspectos

significativos das pesquisas que interseccionam psicologia e meio ambiente puderam ser observados.

O primeiro aspecto a destacar é o caráter ainda incipiente do tema no campo da psicologia: há uma produção científica relativamente escassa sobre o tema e a maioria dessa produção concentra-se em pesquisas teóricas, documentais e relatos de experiência pontuais, havendo poucas propostas de pesquisas de ampla dimensão, envolvendo diferentes regiões brasileiras, um grande contingente populacional ou a construção de dados populacionais mais abrangentes que conectam psicologia e meio ambiente. Tal caráter incipiente aponta para a ausência de investimento em pesquisa e políticas públicas dedicadas ao tema, a despeito da gravidade dos problemas ambientais.

O segundo aspecto a ser pontuado é a organização da publicação científica, que integra psicologia e meio ambiente em três eixos principais: o eixo ligado à construção de novas relações entre humanidade e meio ambiente, podendo ser compreendidas como possuindo um caráter mais “preventivo” ao elaborar e descrever perspectivas críticas aos modos de vida contemporâneos – apoiadas, inclusive, em cosmologias originárias; o eixo voltado aos impactos das questões ambientais na saúde mental: tanto em termos dos benefícios de relações sustentáveis com a natureza quanto dos malefícios do distanciamento e da degradação ambiental; e, o último eixo, ligado às propostas interventivas pela psicologia sobretudo nos contextos de emergências e desastres.

A análise dos artigos da presente revisão demonstra uma importância significativa do tema ambiental para a Psicologia, sobretudo no contexto do antropoceno. Demonstra, por outro lado, a incipiência de estudos que abordem a questão do ponto de vista psicológico ou que discutam questões psicológicas tendo em consideração o fator ambiental. Tal cenário implica

a necessidade de um fortalecimento do tema tanto em termos de pesquisa quanto de formação e intervenção. Os caminhos para a maior amplitude do tema ambiental na formação remontam desde a reformulação dos conteúdos programáticos até a proposição de projetos de extensão, iniciações científicas, palestras e atividades de campo. Já o fortalecimento em pesquisa passa pela articulação transdisciplinar, o investimento em ciência e tecnologia e o fortalecimento de posicionamentos epistemológicos que permitam a integração de diferentes dimensões de vida na compreensão dos problemas humanos.

Ademais, cabe ressaltar que, embora haja contribuições deste trabalho para a compreensão do cenário científico dos últimos 5 anos em território nacional a respeito do tema e trilhas promissoras tenham sido abertas – o que contempla o objetivo pretendido – há limitações que devem ser levadas em consideração para futuras pesquisas: revisões de literatura em outras línguas poderão promover a absorção de práticas internacionais pertinentes ao trabalho da psicologia frente às questões ambientais não apenas a nível dos desastres coletivos (área mais enfocada no Brasil), como também na construção de práticas clínicas que concebam a subjetividade humana em composição inextrincável com o meio ambiente.

5. REFERÊNCIAS

Artaxo, P. (2022). Mudanças climáticas: caminhos para o Brasil: a construção de uma sociedade minimamente sustentável requer esforços da sociedade com colaboração entre a ciência e os formuladores de políticas públicas. *Ciência E Cultura*, 74(4), 01-14. doi: 10.5935/2317-6660.20220067

Alcântara, L. C. S., & Sampaio, C. A. C. (2017). Bem Viver: uma perspectiva (des)colonial das comunidades indígenas. *Revista Rupturas*, 7(2), 1-31. doi: 10.22458/rr.v7i2.1831

Bailão, A. S. (2023). O desafio do Antropoceno para a cosmologia dos modernos. *Topoi*, 24(54), 816–823. doi: 10.1590/2237-101x02405409

Barbosa, L. A. de S., Damasceno, R. S., & Costa, M. S. A. (2023). Psicologia das Emergências e Desastres no Brasil: Uma Revisão de Literatura. *Revista de Psicologia Da IMED*, 15(1), 134–134. doi: 10.18256/2175-5027.2023.v15i1.4597

Barros Platiau, A. F. G. e, & Vieira, P. B. S. (2006). A legalidade da intervenção preventiva e a Carta das Nações Unidas. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 49(1), 179–193. doi: 10.1590/s0034-73292006000100010

Blank, D. M. P., & Blank, D. M. P. (2015). O CONTEXTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E AS SUAS VÍTIMAS. *Mercator (Fortaleza)*, 14(2), 157–172. doi: 10.4215/RM2015.1402.0010

Bôlla, K. D. S., & Milioli, G. (2019). A Questão Ambiental no CRAS: Promoção de Qualidade de Vida e Sustentabilidade. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 39. doi: 10.1590/1982-3703003188719

Borges, D. M. (2015). A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DOS ANIMAIS: SUA APLICAÇÃO ENQUANTO SOFT LAW E HARD LAW. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal da Bahia. Recuperado de <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/18719>

Bursztyn, M., & Eiró, F. (2015). Mudanças climáticas e distribuição social da percepção de risco no Brasil. *Sociedade E Estado*, 30(2), 471–493. doi: 10.1590/s0102-699220150002000010

Carvalho, M. M. de, & Oliveira, S. S. (2020). Aspectos psicossociais em desastres socioambientais de origem geoclimática: uma revisão integrativa da literatura. *Saúde Em Debate*, 44(spe2), 334–352. doi: 10.1590/0103-11042020e223

Carvalho, P. R. de, & Mansano, S. R. V. (2019). Ecologia e Mobilização Social: um Desafio para a Psicologia. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 39. doi: 10.1590/1982-3703003188690

Castro, E. V. de. (2018). Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural. *Ubu: São Paulo*.

Conselho Federal de Psicologia. (2021). Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) em emergências e desastres (2ª ed.). Brasília, DF: CFP. Recuperado de https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Crepop-RT-Emerge%CC%82ncias-e-Desastres-web_v2.pdf

Damasceno, M. M. S., Mazzarino, J. M., & Figueiredo, A. (2022). Interferências Da Natureza no Comportamento De Crianças Com TDAH: Estudo De Caso No Nordeste Brasileiro. *Ambiente & Sociedade*, 25. doi: 10.1590/1809-4422asoc20210031r1vu202212ao

Fernandes, T., Hacon, S. de S., & Novais, J. W. Z. (2021). MUDANÇAS CLIMÁTICAS, POLUIÇÃO DO AR E REPERCUSSÕES NA SAÚDE HUMANA:

REVISÃO SISTEMÁTICA. *Revista Brasileira de Climatologia*, 28, 138–164. Recuperado de <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/rbclima/article/view/14343>

Ferdinand, M. (2022). Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho. *Ubu: São Paulo*.

Galvão, M. C. B., & Ricarte, I. L. M. (2019). REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA: CONCEITUAÇÃO, PRODUÇÃO E PUBLICAÇÃO. *LOGEION*, 6(1), 57–73. doi: 10.21728/logcion.2019v6n1.p57-73

Guattari, F. (1989/2012). *As Três Ecologias* (21a ed.). *Papirus: São Paulo*.

Guimarães, D. S. (2024). Perspectivas em Psicologia Indígena no Brasil: desafios éticos e epistemológicos. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 41, e2412169. doi: 10.1590/1982-0275202441e2412169pt

Horkheimer, M., & Adorno, T. W. (1945/1985). *Dialética do esclarecimento: Fragmentos filosóficos* (G. Schwarz, Trad.). *Rio de Janeiro: Zahar*.

Iamara, G., & Regina, S. (2020). Sustentabilidade afetiva em situações de vulnerabilidade socioambiental: um problema para as cidades. *Pesquisas E Práticas Psicossociais*, 15(1), 1-17. Recuperado de https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082020000100003

Jacob, L. P. (2023). A literatura indígena brasileira diante de Gaia: ensaiando o fim. *Gragoatá*, 28, e56313. doi: 10.22409/gragoata.v28i61.56313.pt

Joly, C. A., & Queiroz, H. L. de. (2020). Pandemia, biodiversidade, mudanças globais e bem-estar humano. *Estudos Avançados*, 34(100), 67–82. doi: 10.1590/s0103-4014.2020.34100.006

Kock, J., Nascimento, M., & Dolores, P. (2022). NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO FRENTE ÀS EMERGÊNCIAS E DESASTRES COLETIVOS. *Pretextos - Revista Da Graduação Em Psicologia Da PUC Minas*, 7(13), 257–264. Recuperado de <https://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/26001>

Kopenawa, D., & Albert, B. (2015). A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami. *Companhia das Letras: São Paulo*.

Krenak, A. (2019). Ideias para adiar o fim do mundo. *Companhia das Letras: São Paulo*.

Krenak, A. (2020). A vida não é útil. *Companhia das Letras: São Paulo*.

Lafer, C. (1995). A ONU e os direitos humanos. *Estudos Avançados*, 9(25), 169–185. doi: 10.1590/s0103-40141995000300014

Leite, J. C. (2015). Controvérsias na climatologia: o IPCC e o aquecimento global antropogênico. *Scientiae Studia*, 13(3), 643–677. doi: 10.1590/s1678-31662015000300008

Lyrio, Z. (2020). “A Queda do Céu”: reflexões junguianas sobre o alerta xamânico de Davi Kopenawa. *Junguiana*, 38(2), 139–154. Recuperado de https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-08252020000200007

Machado, I. L. de O., & Garrafa, V. (2020). Proteção ao meio ambiente e às gerações futuras: desdobramentos e reflexões bioéticas. *Saúde Em Debate*, 44(124), 263–274. <https://doi.org/10.1590/0103-1104202012419>

Maciel, T., Carolina, A., Renata Maia Peres, & Wendy Rabelo Silva. (2021). NATUREZA, CULTURA E A VIRADA ONTOLÓGICA – DIALOGIAS. *Revista Do Instituto de Ciências Humanas*, 17(26), 76–98. Recuperado de <https://periodicos.pucminas.br/index.php/revistaich/article/view/26633>

Mansano, S. R. V. (2020). Articulações entre sustentabilidade afetiva e noções comuns: primeiros traçados. *REVISTA de PSICOLOGIA DA UNESP*, 19(1). doi: 10.5935/1984-9044.20200001

Marcovitch, J. (2008). ONU no século XXI. *Estudos Avançados*, 22(64), 343–348. doi: 10.1590/s0103-40142008000300021

Melo, J. O., & Romani, P. F. (2019). Resiliência de imigrantes haitianos frente ao processo de adaptação no novo país: impactos na saúde mental. *Psicologia Argumento*, 37(96), 184. doi: 10.7213/psicolargum.37.96.ao03

Miguel, J. C. H. (2017). Tecnopolíticas das mudanças climáticas: modelos climáticos, geopolítica e governamentalidade. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 24(4), 969–987. doi: 10.1590/s0104-59702017000500007

Miguel, J. C. H., Mahony, M., & Monteiro, M. S. A. (2019). A “geopolítica infraestrutural” do conhecimento climático: o Modelo Brasileiro do Sistema Terrestre e a

divisão Norte-Sul do conhecimento. *Sociologias*, 21(51), 44–75. doi: 10.1590/15174522-0215102

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. (2023). Relatório resumido do IPCC 2023: Documento traduzido para o português (Tradução do relatório “AR6 Synthesis Report: Longer Report”). Recuperado de https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc/arquivos/pdf/copy_of_IPCC_Longer_Report_2023_Portugues.pdf

Neto, P. de T. (2010). Ecopolítica das Mudanças Climáticas: O IPCC e o Ecologismo dos Pobres. *Centro Edelstein de Pesquisas Sociais: Rio de Janeiro*.

Nogueira, Z. R., Favareto, A. P. A., & Arana, A. R. A. (2022). Saúde mental e ambientes restauradores urbanos em tempos de covid-19. *Psicologia USP*, 33. doi: 10.1590/0103-6564e220012

Oliveira, L. D. de. (2023). Cinquenta anos das Conferências Ambientais da Organização das Nações Unidas: qual é o legado para as condições de saúde humana? *Cadernos de Saúde Pública*, 38, e00130522. doi: 10.1590/0102-311XPT130522

Oliveira, M. B. de. (2008). Neutralidade da ciência, desencantamento do mundo e controle da natureza. *Scientiae Studia*, 6(1), 97–116. doi: 10.1590/s1678-31662008000100005

Pereira, G. I. L., & Mansano, S. R. V. (2020). Sustentabilidade afetiva em situações de vulnerabilidade socioambiental: um problema para as cidades. *Pesquisas E Práticas*

Psicossociais, 15(1), 1–17.

https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082020000100003

Pinheiro, L. B., & Diniz, R. F. (2022). Estilos de Habitação na Permacultura e as Interações Pessoa-Ambiente. *Estudos E Pesquisas Em Psicologia*, 22(2), 666–686. Recuperado de https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812022000200666

Pinto, J. B. M., Botija, F. G., & Rios, M. (2023). Potencialidades do projeto de sociedade dos direitos humanos e da natureza. *Veredas Do Direito Direito Ambiental E Desenvolvimento Sustentável*, 20, e202447–e202447. doi: 10.18623/rvd.v20.2447

Rosenfield, C. L., & Pauli, J. (2012). Para além da dicotomia entre trabalho decente e trabalho digno: reconhecimento e direitos humanos. *Caderno CRH*, 25(65), 319–329. doi: 10.1590/s0103-49792012000200009

Romeiro, A. R. (2012). Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. *Estudos Avançados*, 26(74), 65–92. doi: 10.1590/s0103-40142012000100006

Santos, B. de S. (2014). *Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos* (2a ed.). Cortez: São Paulo

Santos, B. de S. (2020). *A cruel pedagogia do vírus (Pandemia Capital)*. Boitempo: São Paulo

Sato, E. (2003). Conflito e cooperação nas relações internacionais: as organizações internacionais no século XXI. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 46(2), 161–176. doi: 10.1590/s0034-73292003000200007

- Sesso, P. P., Mendes, F. H., Sesso Filho, U. A., & Zapparoli, I. D. (2022). Agronegócio de países selecionados: análise de sustentabilidade entre o PIB e emissões de CO₂. *Revista de Economia E Sociologia Rural*, 61, e258543. doi: 10.1590/1806-9479.2022.258543
- Silva, J. C. B. da, & Menezes, J. de A. (2020). Discursos (Sobre)Viver nos Territórios em Risco da Região Metropolitana do Recife. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 40, e190105. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003190105>
- Steil, C. A., & Toniol, R. (2013). Além dos humanos: reflexões sobre o processo de incorporação dos direitos ambientais como direitos humanos nas conferências das Nações Unidas. *Horizontes Antropológicos*, 19(40), 283–309. doi: 10.1590/S0104-71832013000200011
- Sulaiman, S. N., & Aledo, A. (2016). Desastres naturais: convivência com o risco. *Estudos Avançados*, 30(88), 11–23. doi: 10.1590/s0103-40142016.30880003
- Zelfa, M., & Cruz, A. (2020). Povos originários em contextos de desigualdade social: afetividade e bem viver como modos de (re)existência ético-política. *Revista Psicologia Política*, 20(49), 719–734. Recuperado de https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2020000300019